A China é uma ditadura? A resposta que os reels do Instagram não te dão

Entre o leninismo do Estado-Partido, a democracia consultiva e a herança confuciana, o sistema chinês desafia as categorias binárias que dominam o debate ocidental e a superfície digital brasileira

Basta abrir o Instagram para se deparar com dezenas de influenciadores oferecendo diagnósticos sumários sobre a China. Reels de trinta segundos alternam imagens de trens-bala e presídios, transitam da erradicação da pobreza ao sistema de crédito social e desembocam, quase sempre, na mesma pergunta binária: afinal, a China é ou não é uma ditadura? A resposta, quando vem, costuma ser categórica, em geral, um "sim" ou um "não" carregado de ideologia e invariavelmente insuficiente.

O que se ganha em engajamento perde-se em compreensão.

O problema não está apenas no formato, mas na moldura conceitual. A Ciência Política contemporânea, sobretudo em sua vertente norte americana, tende a organizar o sistema internacional em blocos rígidos: democracias liberais versus regimes autoritários. Aplicada à China, essa lente compara um "ideal" ocidental (a democracia representativa) com uma "realidade" oriental (o autoritarismo, no caso, comunista), como se ambos jogassem o mesmo jogo com regras diferentes.

Não jogam.

O sistema político chinês opera a partir de ideais orientadores próprios, ancorados em milênios de história e cultura, e o ideal que informa sua prática não é o autoritarismo, é a meritocracia política baseada na filosofia política confucionista somada à ideia de uma vanguarda leninista orientada pelo Partido Comunista Chinês (PCCh).

O sistema político da China contemporânea evoca a parábola dos cegos apalpando o elefante. Vista de um ângulo, exibe traços autoritários inequívocos: controle da mídia e restrição a direitos civis. De outro, revela uma sofisticada arquitetura de Estado-Partido leninista, capaz de disciplinar uma burocracia continental. De um terceiro, mostra uma meritocracia burocrática que promove quadros por décadas antes de admiti-los ao núcleo do poder. E de um quarto, ainda, aparece uma democracia consultiva formalizada, com

cooperação multipartidária legal e mecanismos institucionais de escuta social. Reduzir esse elefante a "ditadura" ou "não-ditadura" é errar o objeto.

E agora precisamos voltar às origens confucionistas para entender melhor esse sistema político.

A raiz confuciana da legitimidade

A legitimação do poder na China moderna não pode ser dissociada da herança confuciana. Após décadas de rejeição durante o período maoísta, sobretudo na Revolução Cultural, o Estado chinês contemporâneo reabilitou essa tradição e a transformou em pilar central de justificação política. O pensamento confuciano de governance fundamenta a racionalidade estatal em três eixos: a orientação para a natureza (fundamento), a orientação para o povo (propósito prático) e a orientação para o soberano (ponto de apoio final).

O eixo "orientação para o povo", desenvolvido especialmente por Mêncio, postula que o governante só retém o Mandato do Céu se garantir subsistência e bem-estar material aos governados. Historicamente, isso exigia justa distribuição de terras e baixa tributação, assegurando que o povo detivesse "propriedade permanente" e, por consequência, uma mente "obediente à lei". Hoje, essa tradição é traduzida na busca contínua do PCCh pela erradicação da pobreza e pela chamada "prosperidade comum", vistas menos como metas econômicas isoladas e mais como obrigações éticas do governante.

A filosofia confuciana da "unidade do homem e da natureza", por sua vez, fornece a base ideológica das metas de civilização ecológica de Xi Jinping, ancorando a regulação ambiental estatal em um imperativo ontológico, não em uma imposição externa.

A estrutura leninista e a autonomia do Estado-Partido

Apesar da incorporação de valores tradicionais, a estrutura organizacional que possibilita a governança chinesa permanece estritamente leninista. O PCCh atua como vanguarda e núcleo central do sistema, subordinando sociedade, Exército e governo às suas diretrizes.

A ressurgência do slogan da era Mao, "no governo, nas forças armadas, na sociedade e nas escolas, no leste, oeste, sul, norte e no centro, o Partido lidera tudo", sinaliza uma reafirmação deliberada dessa centralidade. Diferentemente do modelo soviético estagnado,

contudo, o PCCh demonstrou desde a década de 1980 extraordinária flexibilidade institucional e capacidade de adaptação local, permitindo experimentações que impulsionaram décadas de crescimento econômico acelerado e, décadas depois, a erradicação da extrema pobreza no país.

Essa estrutura garante alta autonomia do Partido em relação às forças sociais. O PCCh atua como árbitro moral supremo, detendo o poder de definir o que constituem as necessidades coletivas da população, contando com mecanismos institucionais de consulta pública. Instâncias como o Departamento de Organização controlam nomeações em universidades, burocracias governamentais e grandes conglomerados.

Para conter os riscos da descentralização econômica, o Partido ampliou a penetração de "células partidárias" em empresas privadas e ONGs, submetendo o tecido corporativo e a sociedade civil aos interesses da liderança política e promovendo, na leitura de estudiosos como Anthony Saich, uma "infantilização" da sociedade, presumida incapaz de se auto-organizar sem a tutela do Estado, algo que Robert Dahl em “A democracia e seus críticos” corroboraria.

Democracia consultiva e cooperação multipartidária

Em contraste direto com os sistemas ocidentais de rotação de poder, o Estado chinês formalizou uma arquitetura que se define, em seu livro branco de 2021, como "sistema de cooperação multipartidária e consulta política sob a liderança do PCCh". É o exercício da vanguarda exercido pelo Partido.

Segundo a literatura oficial, os sistemas ocidentais falhariam por sua propensão à fragmentação partidária, à vetocracia e à representação de interesses elitizados, diagnóstico que os chineses associam à caótica adoção de modelos parlamentares no início do século XX. Robert Dahl em seu livro “Poliarquia” pondera que são imprescindíveis dois fatores para a existência de uma poliarquia: a inclusividade e a competição. Essa última, para a filosofia política chinesa, é um vetor de instabilidade política e social, enquanto a primeira é premissa de legitimidade do próprio sistema político chinês.

O arranjo atual reúne o PCCh, oito partidos democráticos menores (como a Liga Democrática da China e a Sociedade Jiusan) e independentes não afiliados. O ponto essencial é que esses

partidos menores não são partidos de oposição, mas participam ativamente da administração do Estado aceitando abertamente o papel de liderança do PCC. A via primária dessa atuação é a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), plataforma na qual o partido no poder solicita opiniões formais, críticas construtivas e aconselhamento técnico antes de implementar grandes diretrizes ou emendas constitucionais.

Em 2016, os partidos minoritários foram designados para auditar oito províncias focadas na erradicação da pobreza, gerando cerca de 36 mil intervenções documentadas de fiscalização. É supervisão real, com efeitos práticos, operando, primordialmente, como uma sofisticada rede de consultoria técnica do Estado.

Meritocracia política versus democracia liberal

E aqui as diferenças conceituais ficam ainda mais evidentes e por isso o sistema chinês deve ser julgado por suas próprias aspirações. O objetivo da governança, nos escalões superiores, não é a representação pelo sufrágio universal que, na leitura oficial, acarreta o risco de eleger líderes sem experiência e com visões limitadas ao horizonte eleitoral.

O ideal chinês é a meritocracia política com a ascensão ao poder central mediante décadas de treinamento, promoção burocrática gradativa e demonstração contínua de bom julgamento na administração das esferas inferiores do Estado.

Esse modelo pressupõe que a democracia direta, "uma pessoa, um voto", é útil e aplicável na base, como nos vilarejos, para garantir responsabilização local, mas à medida que se sobe na hierarquia rumo a posições de impacto estratégico, o sistema substitui as urnas por escrutínio meritocrático, buscando precaver desastres administrativos em um país cujas falhas reverberam globalmente.

É um modelo político perfeito?

Algum usuário do Instagram poderia perguntar e a resposta seria que a realidade subjacente, entretanto, indica tratar-se de uma meritocracia "altamente imperfeita", continuamente ameaçada pelo nepotismo e por redes de patronagem, males que o governo atual tenta erradicar com campanhas implacáveis de autodisciplina partidária, inspiradas no preceito confuciano de "corrigir a si mesmo antes de corrigir os outros".

A encruzilhada da era Xi Jinping

Ao longo de décadas, a legitimidade do PCC esteve estritamente atrelada ao desempenho econômico e ao fim rápido da pobreza material. Hoje, os formuladores de políticas percebem que a desigualdade extrema de renda (a China abriga mais bilionários que os Estados Unidos) representa séria ameaça à coesão social, exigindo um realinhamento agressivo sob a bandeira da "prosperidade comum". Daí a rigorosa intervenção regulatória recente sobre setores privados multibilionários de tecnologia e tutoria educacional, cuja lógica é subordinar o lucro corporativo irrestrito aos interesses coletivos de justiça social.

Paralelamente, a consolidação de poder no núcleo central expôs vulnerabilidades institucionais agudas. A suspensão dos limites de mandato presidencial reverteu as incipientes normas de sucessão geracional previsível e injetou incerteza política no sistema.

O objetivo da centralização seria, teoricamente, blindar a liderança de facções arraigadas para enfrentar crises cruciais, como o desafio ambiental e as bolhas financeiras, embora depender excessivamente de uma liderança personalizada, enfraqueça a transparência, dificulte freios sistêmicos eficientes e eleve o risco de instabilidade, caso crises exógenas abalem o contrato social de desempenho.

Nem ditadura, nem democracia liberal: um modelo próprio

Voltemos, então, à pergunta do reel. A China é uma ditadura? A resposta honesta não cabe em trinta segundos, porque o sistema chinês opera em uma lógica fundamentalmente alheia às expectativas de convergência liberal. É o produto de um Estado que mescla, de maneira engenhosa, a rígida disciplina organizacional e o monopólio ideológico do marxismo-leninismo, os ideais de harmonia social e liderança virtuosa da antiguidade confuciana e um pragmatismo moderno orientado ao crescimento contínuo.

O modelo chinês construiu uma burocracia meritocrática de alto desempenho que transformou o país sem a necessidade de fragmentação ou oposição partidária destrutiva, ancorando-se em processos de democracia estritamente consultiva de base. O Estado-Partido, em sua essência, prova-se altamente resiliente. Seu teste derradeiro não virá da pressão internacional pela democratização ocidental, mas de sua capacidade interna de promover desenvolvimento equitativo, premissa que orienta sua perspectiva de democracia.

Nada disso cabe em um reel do Instagram. E é exatamente por isso que a pergunta binária, tão bem-sucedida no algoritmo, é tão mal formulada na análise.

Diego Freitas Rodrigues é Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCP/UFPE). E-mail para contato: diego.frodrigues@ufpe.br

Declaração de interesses: *o autor declara não representar interesses de qualquer parte envolvida na discussão objeto do texto.*